



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PROFESSORAS NEGRAS DO VALE DO ARINOS: HISTÓRIAS DE VIDA

Lori Hack de Jesus

Maria Lúcia Rodrigues Müller (Orient.)

UFMT / IE / NEPRE

lorijesus@gmail.com

Esse trabalho está vinculado ao Projeto de Pesquisa Construindo Novas Identidades Culturais: Educação e Mulheres em Mato Grosso, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais na Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso.

A pesquisa está em andamento. Tem o objetivo de levantar e compreender as trajetórias de vida de professoras migrantes, oriundas de diversas origens sócio-econômicas, geográficas e etnicorraciais para compreender como gênero e raça dão forma a essas relações. Objetiva ainda, conhecer as relações que elas estabelecem entre si nos diversos setores de suas vidas, quando se encontram em uma região de fronteira.

A região do Vale do Arinos, fronteira geográfica onde a pesquisa está sendo desenvolvida, é composta pelos municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã. Ela se situa no lado noroeste do Estado do Mato Grosso e compõe a Região Amazônica.

O Estado de Mato Grosso é considerado como um lugar de fronteira agrícola, pois recebe fluxos migratórios muito grandes, vindos, principalmente, das regiões Sul e Nordeste do país. Esse processo se dá mais intensamente desde os anos de 1970, quando as famílias vêm em busca de melhores condições de vida e da posse da terra para seu sustento.

Juara, que é o município pólo da região do Vale do Arinos, possui 21.492 km² de extensão territorial e fica a 698 km de distância de Cuiabá, capital do Estado. Esse município teve sua abertura através da iniciativa privada de colonização, pois a origem de Juara tem como referência o ano de 1971.

Pannuti (2002) explica que o Governo Federal, representado por Médici, a partir do início da década de 1970, resolveu estimular a colonização de toda a região Norte e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Centro-Oeste do país, através do Plano de Integração Nacional (PIN), objetivando esvaziar as tensões das demais regiões do país, principalmente, da região Sul.

Vemos que nesse período, diferente da “Marcha para o Oeste”, instituída no governo de Getúlio Vargas, foi abandonada a ideia de que o Estado seria o responsável. Essa tarefa foi transferida à iniciativa privada e as colonizadoras tiveram um papel fundamental nesse processo. Assim, Juara foi colonizada pela Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica (SIBAL).

Com a política do governo da época, de ocupar os “espaços vazios”, colonizando novas fronteiras, muitas famílias originárias, principalmente, dos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, migraram para Mato Grosso, incluindo-se aí o que hoje é o município de Juara.

Os primeiros migrantes vindos do Sul do país para esta região, chegaram em maio de 1972, com a certeza de que poderiam concretizar seus sonhos de possuir um pedaço de terra e viverem com mais tranquilidade. Essas famílias tiveram que se adaptar ao clima quente e úmido, às matas, às densas chuvas que os impediam de se locomoverem com facilidade, chegando até a permanecer ilhados por vários dias.

As dificuldades a serem enfrentadas na busca da consolidação de seus sonhos eram desconhecidas, pois ninguém havia lhes falado sobre isso, pelo contrário, essas informações eram intencionalmente, omitidas. Como também se omite na história oficial, as diversas aldeias indígenas que foram dizimadas, os intensos conflitos de posse, bem como, o desumano trabalho de “peonagem”¹ a que muitos foram submetidos. E, desta forma, as fronteiras agrícolas se expandiram rapidamente.

Por outro lado, o fenômeno da fronteira ocorre no sentido do encontro humano, como vemos em Martins (2009). É o encontro de populações tão diferentes, isto é, sulistas e nordestinos entre si, com os matogrossenses e tantos outros. E, esse encontro não ocorre de forma tranquila, o que favorece o aparecimento de conflitos de diversas ordens. São tantos interesses que diferem entre si, tanto na forma como as pessoas pensam os seus objetivos imediatos, econômicos, educacionais, como nos objetivos mais distantes, com as expectativas de futuro.

¹ As dificuldades que se apresentavam para muitos migrantes não permitiam que se mantivessem sobre o seu pedaço de terra, como era o sonho. Isso fazia com que se submetessem como mão de obra nas grandes empresas da frente pioneira, onde eram mantidas as práticas de peonagem, a que Martins (2009, p. 72) se refere como “escravidão por dívida” e (p. 149) ele trata de “relações de trabalho, como a escravidão por dívida”.



Compreendemos que Juara está situada em uma condição de fronteira, tanto geográfica, como social por detectar que as famílias vieram para essa região de diversos pontos do Brasil para ocuparem os ditos “espaços vazios”, de acordo com Pannuti (2002).

O movimento de colonização de Juara é marcado pela ideia de “fronteira”, pois, segundo Martins (2009, p. 132), trata-se de um movimento “[...] em que relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas”. Deste modo, a chegada a essa cidade veio cheia de expectativas, de experimentações.

Com esse autor (2009, p. 141), compreendemos que fronteira possui dois lados, o de lá e o de cá, isto é, não é apenas o suposto lado da civilização. Se assim entendermos, perceberemos que será mais fácil e mais abrangente estudá-la com a concepção de “fronteira do humano”. Nesse sentido, na frente de expansão, sua dimensão econômica é secundária, conforme nos orienta esse autor.

Para Martins (2009, p. 133), a fronteira é onde há uma situação de conflito social, que deve ser levada em consideração, pois ele nos diz que:

Dentre as muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a cultura da natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é. A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem a visibilidade que em outros perdura apenas na discussão teórica e filosófica. [...] É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido. Na fronteira o homem não se encontra – se desencontra. (p. 10)

O termo “fronteira” nos remete a significados numa dimensão sociológica e antropológica, a uma análise do elemento unificador dos estudos, o encontro e os desencontros entre os diferentes grupos sociais.

Ainda na perspectiva da fronteira, Joanoni Neto (2007, p. 12), nos afirma “A fronteira é lugar de paradoxos. Ela é o espaço da diversidade para onde convergem muitas narrativas”. Então, é o lugar onde pode ocorrer o estranhamento, pois conforme este autor, “sob o constantemente novo e moderno, subsistem antigos costumes, ritos e crenças, teimosamente cravados nas memórias, aparentemente inertes”.



As famílias chegavam à região e logo começavam a produzir em pequena escala. Consumiam boa parte do que produziam, sendo esse o tipo de produção familiar, conforme é denominado por Pannuti (2002), de “economias camponesas”. As famílias não tinham condições para escoar sua produção, então a colonizadora arcava com parte das despesas e arrematava a safra daquele ano, como fez a SIBAL, que atuava em Juara.

Vemos que a presença da mulher na economia camponesa foi peça fundamental para a consolidação dessa modalidade econômica, naquela ocasião, como ainda o é na atualidade. Segundo Pannuti (2002, p. 31), a posição da mulher nesse contexto, não fica muito evidente, pois tradicionalmente, ao marido compete sustentar a esposa e os filhos, quando, neste contexto, é a mulher que trabalha na manutenção da agricultura de subsistência, que é o que sustenta a família, o que se torna uma extensão do trabalho doméstico.

O trabalho do homem, nesse caso, é o contato com a cidade, considerado como o trabalho produtivo. Assim, a mulher não é considerada como força de trabalho, em que a autora complementa, dizendo que “Ela deve atender pontualmente às exigências da família”, pois tem sobre si a responsabilidade com os filhos e os trabalhos domésticos, com as roupas, a casa, a alimentação, bem como, pela transformação dos produtos manufaturados que exigem melhor preparação.

Esta visão nos mostra como, historicamente, as mulheres vêm assumindo papéis subalternos, com menos direitos, reconhecimentos e oportunidades. As mulheres, durante muito tempo, não passavam de objetos de determinados homens, sejam eles, pais ou maridos. Deveria se reconhecer em um universo masculinizado, dirigido e modelado por homens e para homens, em que sua tarefa resumia-se em obediência, em que sequer podia dominar seu próprio pensamento.

Atualmente, deparamo-nos com mulheres dotadas de poderes que outrora foram condicionados apenas aos homens, por uma questão, exclusivamente, de gênero. Mesmo em um contexto de opressão, tomadas de coragem, as mulheres foram responsáveis pelos avanços e pela conquista de direitos civis, hoje desfrutados pela grande maioria. Assumiram a vanguarda e, há 120 anos alcançaram acesso à educação formal, há 77 anos o direito ao voto e há 21 anos a igualdade plena na Constituição Brasileira.



É interessante lembrarmos que além dessa condição de obediência, as atividades relacionadas às mulheres sempre estiveram ligadas, direta ou indiretamente, à maternidade, ou seja, amamentar os recém-nascidos e alimentar e educar as crianças. Quanto à sua educação formal, os pais não consideravam que a educação séria fosse algo importante para as suas filhas, pois tinham o pensamento de que elas não precisavam aprender aritmética para arranjar um bom casamento, para isso, bastavam as aulas de bordado, costura e um pouco de música, conforme Louro (2007).

É no século XX que a mulher, antes restrita aos afazeres domésticos, alcança muitas mudanças, sobretudo nos papéis desempenhados por ela na sociedade. Movimentos feministas das décadas de 1960 a 1980 desempenharam um papel fundamental na luta das mulheres por igualdade, modificando as relações de gênero.

A mulher negra vivenciou a diáspora africana, os abusos cometidos pelos seus senhores, a exacerbada violência da escravidão em si. E, logo após a abolição da escravatura, os negros de maneira geral, sofreram a transformação, que Santos (2001, p. 80) denomina de perversa, “[...] de bom escravo, que por mais de três séculos sustentara a vida econômica do país, o negro salta para a posição de mau cidadão, agora não mais apto para bem cumprir as obrigações”.

Este autor nos diz ainda, que para a mulher, a realidade foi ligeiramente diferente, porém, não melhor, pois se compreendia que “para a mulher negra haveria maior flexibilidade em virtude dos trabalhos domésticos: cozinheira, arrumadeira, passadeira, lavadeira, babá, quitandeira, copeira, etc”.

Estigmatizados, os negros são relacionados a tudo o que não é “certo, correto e bom”. É de onde surge a alusão da mulher negra como “a figura da prostituta ou da mulata gostosa, a qual é colocada sempre como disponível [...]” (SANTOS, 2001, p. 80), sobressaindo-se a ideia da mulata sensual e de que o trabalho da mulher negra é apenas o doméstico, reforçando até hoje, uma capacidade intelectual, profissional e moral inferior, ligada à sua condição racial.

Para a mulher adentrar na sociedade, ocupar lugares antes destinados apenas aos homens e brancos, ainda tem sido uma tarefa muito difícil. Entretanto, tem se constituído em resultado de conquistas, lutas e dor.

Para a mulher negra essa conquista pressupõe romper barreiras ainda maiores, pois para freqüentar certos espaços sociais, ela precisa provar ser possuidora de



características específicas, essenciais para o ser enquanto sujeito, “ela é uma mulher, com uma pertinência racial, portadora de cultura”, de acordo com Gomes (1995, p. 119). Ou seja, ela vem desenvolvendo a ideia do “pertencimento” racial, quebrando estereótipos e consolidando sua identificação racial.

Nesta pesquisa, onde se busca levantar e analisar as trajetórias de vida de mulheres professoras migrantes negras e brancas, faz-se a opção pela pesquisa qualitativa, onde será empregada a técnica da coleta da História de Vida, onde se busca resgatar o processo pelo qual as depoentes construíram suas vidas, até hoje, tornando visíveis os seus caminhos percorridos através da educação formal e informal, sua resistência, seu processo de conquista de autonomia e a possível abertura para novas experiências na relação interpessoal com outras mulheres, de diferentes procedências etnicorraciais, regionais e culturais.

Lemos em Denzin (apud MINAYO, 2004, p. 126) que a História de Vida “apresenta as experiências e as definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, como esta pessoa, esta organização ou este grupo interpretam sua experiência”.

Queiroz (1991, p. 6) considera a história de vida como o instrumento que permite captar parte da subjetividade, pois é:

[...] o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapasse o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence. Porém, o relato em si mesmo contém o que o informante houve por bem oferecer, para dar idéia do que foi sua vida e do que ele mesmo é.

Conforme a descrição de Queiroz (1991), a história de vida pode ser compreendida como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, onde tenta reviver os acontecimentos já vividos, e assim, conseguir repassar a outros as suas experiências adquiridas. O caráter do que é transmitido é individual, entretanto, não deixa de estar inserido nas coletividades a que o narrador pertence. “A história de



vida é, portanto, técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social”, conforme a autora citada (1991, p. 20, 21).

Bourdieu (2005) ao falar sobre a história de vida, chama nossa atenção para o pesquisado, que muitas vezes, prefere contar os fatos articulando-os com uma certa lógica, dando-lhes um sentido, consistência e constância, onde ele estabelece relações.

Nesse sentido ainda, o pesquisador deve estar atento para não permitir uma coerência artificial à vida estudada e deixar de lado os “desde pequeno” e os “sempre” que só reforçam a ilusão biográfica, segundo Bourdieu (2005).

O autor nos diz ainda que:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 2005, p. 185).

De forma mais ou menos consciente, segundo Bourdieu, o investigado fará uma representação da situação de investigação, “em função de sua experiência direta ou mediata de situações equivalentes [...] e que orientará todo o seu esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si”. Portanto, percebe-se que é uma tarefa bem complexa o estudo e a expressão de tantos rumos, descontínuos e contraditórios, da vida de uma pessoa. Todos os cuidados são necessários para não se minimizar fatos importantes e se valorizar os que são mais relevantes.

Bourdieu chama a atenção para um outro aspecto ao falar da ilusão biográfica, que é o risco que o pesquisador corre ao pensar que os dados coletados através da história de vida, por exemplo, por serem através do relato de uma pessoa, que isso seja muito original ou pessoal, quando, na verdade, frequentemente, são experiências coletivas, compartilhadas com as pessoas pertencentes ao mesmo espaço social:

O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo do qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2005, p. 190).



Queiroz (1991, p. 161) ao relatar a sua experiência ao colher uma história de vida, em que buscava informações sobre as relações entre brancos e pretos em São Paulo, fala sobre a necessidade de um clima de confiança entre o informante e o pesquisador, sem o qual o trabalho se tornaria impossível. A conquista da confiança necessária "para que a narração seja feita com a maior franqueza".

Tourtier & Bonazzi (2005, p. 233) também falam da necessidade de "estabelecer certos vínculos", fator indispensável para o sucesso no diálogo entre pesquisador e pesquisado.

De acordo com Queiroz (1991, p. 162) a afeição proveniente de um longo conhecimento concorre para destruir qualquer diferença que tenda a se estabelecer, fazendo com que a franqueza seja usada para a exteriorização das opiniões.

Existe a possibilidade de efetuar uma leitura complementar à captura da voz, captando outras formas de expressão, que vão para além da linguagem falada, através de gestos, expressões, tons de voz de forma muito particular de cada um, sendo que compõem dados importantes para o momento de análise.

Martins (1993, p. 33), demonstrou que a sensibilidade do pesquisador para a comunicação não-verbal de seus entrevistados deve estar ligada, principalmente, nos momentos da coleta dos dados durante a pesquisa de campo, expressando-se desta forma:

No campo, o pesquisador se defronta com uma linguagem do silêncio. Com o tempo, aprende a conviver com essa população e descobre o que significa o seu silêncio. É uma forma de linguagem e um meio de luta. É preciso uma paciência enorme para ouvir esse silêncio. E é ele que fala mais do que qualquer outra coisa. Às vezes, em uma situação de entrevista, o entrevistado é capaz de ficar longo tempo calado. As poucas palavras, intercaladas por pausas e acompanhadas por muitos gestos, colocam o pesquisador diante da ampla riqueza dessa fala dupla, que oculta e revela e, com isso, situa quem fala e, também, quem ouve.

Assim, para compreender melhor a fala dos seus entrevistados, além de ouvir sua história, relatada oralmente, o pesquisador deve ficar atento em todos os momentos, pois eles demonstram a emoção na voz, enquanto recordam fatos, ora agradáveis, ora desagradáveis, carregada de toda a sua subjetividade. Como diz Martins, é necessário também, observar seus gestos, meneios de cabeça, abrir e fechar dos olhos, cheios de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

emoção, os olhares distantes envolvidos em longo silêncio, que apesar do silêncio estão repletos de conteúdo.

As pausas, cheias de significado, bem como, os gestos com as mãos, retorcendo-as uma sobre a outra; o tamborilar nervoso dos dedos sobre a mesa, nos instantes em que o entrevistado se expressa sobre determinados assuntos que o deixam angustiado ou sem graça ao contar algum detalhe de sua vida, que trazem à lembrança os constrangimentos passados por algum motivo.

Todos os gestos falam muito. Expressam sentimentos que à voz não foi permitido expressar através de palavras, sendo que todo o corpo acompanha a fala, concordando ou discordando, quando “[...] braço, nariz ou mão é letra, o conjunto forma palavra!” conforme Weill (2004, p. 61).

Desta forma, levamos em consideração os aspectos aqui relacionados sobre a história de vida e abordamos em torno de 20 (vinte) mulheres professoras migrantes negras e brancas, residentes nos municípios da região do Vale do Arinos, que tenham vindo de diferentes procedências geográficas.

Os contatos com as professoras foram estabelecidos a partir de uma rede de professores vinculados às atividades de formação docente do NEPRE/IE/UFMT². E, como vimos, é em um contexto de fronteira em expansão que encontramos as mulheres professoras migrantes, negras e brancas, ou mulheres migrantes que se tornaram professoras.

Vemos através de alguns estudos, como de Müller (2006), Schüssler (2002) e Lando (2003), que a vida pessoal e a vida profissional da mulher professora ficam mescladas, quando analisadas do ponto de vista subjetivo, pois as situações vivenciadas por elas em uma região de fronteira, como a que vivemos em Mato Grosso, tornam-se muito próximas. Os diferentes valores, as diferentes lógicas e os diferentes significados das trajetórias de vida e de profissão se cruzam.

Percebemos ainda, que as pesquisas mencionadas permitem inferir que existe um confronto nos encontros de vidas pessoais na fronteira. O confronto influencia as relações profissionais nos ambientes escolares. Porém, percebe-se também, que esse encontro dos diferentes possibilita o processo de democratização de práticas educativas,

² Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação/Instituto de Educação/Universidade Federal de Mato Grosso.



em vários momentos distintos. O que pode parecer paradoxal, pois este fato aponta para o aspecto da tolerância e/ou aceitação do diferente.

As escolas dessa região do Estado de Mato Grosso receberam a influência das pessoas que estão aqui há mais tempo, bem como, continuam recebendo a influência dos grupos vindos de outros locais, mais recentemente. Isso ocorre, principalmente, nas escolas situadas nos locais de maiores fluxos migratórios.

As professoras que atuam nas escolas que se encontram nas regiões de fronteira são pessoas que viveram um processo de migração, de contato com o diferente. Elas também vieram em busca de maior qualidade de vida ou por outros motivos e, que em muitos casos, principalmente, as mulheres que vieram do sul, não eram e nem pensavam em se tornar professoras, mas que foram levadas a isso pelas novas circunstâncias.

Grande parte dos migrantes não encontrou nesses novos espaços, tudo aquilo que havia sido prometido. As dificuldades eram muito maiores, as necessidades encontradas eram diferentes, entre elas, a falta de escolas e de professores. Desta forma, reavaliaram o processo e deram outro rumo às suas vidas.

Diferentemente, percebe-se as nordestinas, que em grande parte vieram para essa região em tempos mais recentes e já habilitadas para o trabalho profissional na educação.

Priorizamos o viés de gênero, pois buscamos as histórias de vida de mulheres professoras que trabalham na Educação Básica. Percebemos que nesta etapa da educação ocorre o processo de feminização da categoria. Vemos isso em Teixeira (2006, p. 11), que ao analisar os dados do Censo de 2000, detectou que em todo o país as mulheres têm uma participação como professoras que “nunca é inferior a 70%”. No estado de Mato Grosso, segundo a autora, as mulheres beiram os 80% dos profissionais da educação.

Outro assunto fecundo para essa pesquisa está sendo a questão das relações raciais e educação. Apesar de termos poucos estudos a esse respeito em nosso país, ele se revela propício para auxiliar a desvendar algumas das maiores contradições de nossa sociedade. Assim, analisamos também, os vieses de origem geográfica e de raça/ou cor, pois percebemos sua influência na discussão sobre o encontro das pessoas na “fronteira”, das mulheres migrantes, professoras.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Lembrando que o termo fronteira não está sendo abordado apenas em seu conceito de fronteira geográfica, mas sim, tomado com uma acepção mais ampla. Tratará, sim, em um primeiro momento, de limites ou faixas territoriais, mas também poderá ser compreendido como sendo o espaço subjetivo, onde existe o confronto entre os humanos, encontro dos diferentes, de construção ou reconstrução de lógicas e significados atribuídos aos espaços simbólicos onde transitam os indivíduos.

A multiplicidade de significados do termo fronteira, conforme Martins (2009), também remete ao desencontro entre diferentes grupos sociais que juntam e separam pedaços de vida entre a esperança e a solidariedade e, às vezes, o destino trágico.

Refletindo sobre o processo migratório e o encontro dos diferentes, procuramos vislumbrar as posições de preconceito e discriminação nas relações interpessoais na fronteira de expansão. E a escola tem a tendência de reproduzir o estigma que nossa sociedade atribuiu ao migrante, ao diferente, à medida que o pensamento discriminador se manifesta na ação educativa, silenciando e não se opondo a tais ações.

Considerando a prática de discriminação com que as pessoas consideradas “diferentes” são tratadas em áreas de fronteira, poderíamos supor que essas professoras tenham sofrido uma espécie de segregação por parte de quem aqui já se encontrava, por elas estarem chegando, e assim, na concepção deles, estarem fora do “seu lugar” ou buscando ocupar o espaço que o outro já ocupava.

Vemos isso em Elias (2000), quando analisou uma comunidade na Inglaterra, constituída por dois grupos divididos de forma hierarquizada. Ele percebeu que um grupo, que chamou de “estabelecidos” inferiorizava o outro grupo que chamou de “outsiders”, por residirem na comunidade há mais tempo. Na concepção dessa população, isso lhes concedia o direito de dominar todas as instâncias, sem abrir espaço para o grupo dos recém-chegados.

Queremos acreditar que conhecer melhor as trajetórias de vida e as relações que as professoras migrantes e nativas estabelecem entre si, na escola e fora dela, pode contribuir para a proposição de políticas que, trazendo essas atrizes sociais para a discussão sobre o respeito, a discriminação e a tolerância, auxiliem a sociedade mato-grossense a não cometer os mesmos erros de xenofobia, etnocentrismo e intolerância, praticados em diversos lugares de nosso país e que têm custado enormes prejuízos a pessoas e grupos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Entendemos ainda, que as mulheres, professoras, são agentes sociais da maior importância na construção de uma sociedade mais democrática, mais tolerante e mais fraterna.

Valorizamos, em especial, as professoras, porque as mulheres em geral são mais disponíveis à solidariedade e ao cuidado do outro. Pesquisadores se dividem nas opiniões, se essa é uma pré-disposição biológica ou se é cultural, fruto de socialização de gênero. Mas o fato é que mulheres sempre estão à frente quando se trata de criar condições para o cuidado da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 183-191.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC e Ed. 34, 1998.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GOMES, Nilma L. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

JOANINI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial/ EdUFMT, 2007.

LANDO, Janice. *Trajetórias de vida de professores pioneiros de Sinop/MT*. (Dissertação) Mestrado, Educação, UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO, do Estado de Mato Grosso. *Projeto Questão de Gênero: Violência doméstica contra a mulher. Dê um basta! Feminino e masculino-Grandes diferenças e direitos idênticos*. Cuiabá, 2009.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói : Intertexto, 1999a.

_____. Professoras negras na Primeira República. In: OLIVEIRA, Iolanda (Coord.). *Relações raciais e educação: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto, 1999b. p. 21-68. (Cadernos Penesb, 1).

_____. Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Relações raciais e educação: novos desafios*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 73-106. (Coleção Políticas da Cor).

_____. Produção de Sentidos e Institucionalização de Idéias sobre as Mulheres Negras. In: MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (Org.). *História da Educação do Negro*. Rio de Janeiro: EdUFF/Quartet, 2006. p. 128-150. (Cadernos Penesb, 8).

PANNUTI, Maria Regina Viana. *História: O processo de ocupação de Mato Grosso*. 2. ed. v.3. Cuiabá, EdUFMT, 2002.

PERRY, Keisha-Khan Y. Por uma pedagogia feminista negra no Brasil: o aprendizado das mulheres negras em movimentos comunitários. In: MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues & PAIXÃO, Léa Pinheiro (Org.). *Educação, diferenças e desigualdades*. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 161-184.

QUEIROZ, Maria Isaura Preira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1991.

SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

SANTOS FILHO, Manoel Theodoro dos. *Zé Paraná: o desbravador da Amazônia*. Cuiabá, Ed. Alvorada Ltda, s. d.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

SANTOS, Tereza. *Trajetórias de professores universitários negros: a voz e a vida dos que trilharam*. Cuiabá: EdUFMT, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais, 2).

SCHÜSSLER, Dolores. *Migrantes camponesas e professoras primárias: trajetórias de vida entre o espaço privado e o espaço público*. (Dissertação) Mestrado, Educação, UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

TEIXEIRA, Moema de Poli. A presença negra no magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Cor e magistério*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF, 2006. p. 10-50.

_____. *Negros na Universidade: Identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

THOMPSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. p. 341-364.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 233-245.

WEIL, Pierre. *O Corpo Fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal*. Por Pierre Weil e Roland Tompakow. 58 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.